

Ministério Público acusa policiais

FABIOLA GOIS E

RENATO ALVES

DA EQUIPE DO CORREIO

Quatro policiais militares foram denunciados pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) por formação de quadrilha, corrupção e concussão (exigir vantagem para si). Eles são acusados de pedir dinheiro e favores a motoristas de vans do Sistema de Transporte Público Alternativo de Condomínios (STPAC). Em contrapartida, os motoristas ficaram livres para cometer todo tipo de irregularidade, segundo a denúncia. Os militares também conseguiriam anular multas já registradas no sistema do Departamento de Trânsito (Detran)

Os PMs fariam vista grossa à falta de documentação dos veículos, ausência de permissão para fazer tal serviço, excesso de passageiros,

entre outros. Quem não colaborava era perseguido e punido com constantes multas e apreensões dos veículos. Até o fechamento dessa edição, o juiz substituto da Auditoria Militar Osvaldo Tovani ainda não havia se pronunciado sobre o pedido de prisão dos quatro PMs denunciados.

O magistrado concedeu mandados de busca e apreensão, pedidos pelo Ministério Público. A ordem foi cumprida na manhã de ontem pelo corregedor da Polícia Militar, Francisco Maia. Ele apreendeu um computador e documentos com registro de entradas e saídas de pessoas no 14º Batalhão da PM, em Planaltina. "Queremos saber quem eram os proprietários de vans que procuraram os policiais para tirar as multas no Detran. Temos três nomes de motoristas", afirmou o promotor militar Mauro Faria de Lima, autor da

denúncia. No computador, há listagem dos beneficiários das multas "quebradas" no Detran.

Todos os PMs denunciados estavam lotados na unidade, onde seria a base da quadrilha, de acordo com investigação do Ministério Público. O suposto grupo criminoso seria o capitão Edmar Barros da Silva. Além dele, o MPDFT denunciou o comandante do 14º Batalhão, tenente coronel Jackson Luiz Abreu Teixeira, o cabo Juvêncio de Oliveira Lázio e o soldado Renato da Silva Pires. Se condenados, poderão pegar até oito anos de prisão.

O comandante, de acordo com a denúncia, sabia do esquema e se beneficiava dele. Os outros três militares são suspeitos de serem os executores das ações ilegais. Em depoimento, uma das vítimas do esquema disse que pagou até R\$ 400 para recuperar a permissão apreendida em blitz. Ele não contribuía com a caixinha.

Flagrante

O capitão Edmar Barros chegou a ser preso em flagrante em 1º de outubro, por outros PMs. Fi-

cou detido por três dias, no 3º Batalhão (Asa Norte), até conseguir habeas corpus, concedido pelo juiz Osvaldo Tovani. O oficial foi transferido para a Diretoria de Pessoal da PM. Depois da prisão do capitão, o comandante-geral da PM, coronel Renato Azevedo, tirou do 14º Batalhão a autonomia para abordar veículos que transportam passageiros em Planaltina. Ele mandou ainda abrir sindicância.

A suspeita de que Edmar Barros esteja envolvido em um esquema de corrupção surgiu de forma inusitada. Na tarde de 1º de outubro, um rapaz, ligado a um motorista do STPAC, tentou entregar R\$ 50 para o capitão Gilmar da Silva Cavalcante, lotado no 14º Batalhão. Informou que era um pagamento referente a um "esquema" combinado anteriormente.

Gilmar estranhou e devolveu o dinheiro ao rapaz. Em seguida, Gilmar informou o caso a dois policiais do serviço de inteligência da PM. À noite, nas proximidades do quartel de Planaltina, eles flagraram o jovem entregando o dinheiro ao capitão Edmar, que foi preso em flagrante. Na Corregedoria Geral da PM, Edmar disse que o dinheiro recebido seria utilizado para comprar cerveja para um casamento em Planaltina de Goiás. A história foi confirmada por dois PMs do mesmo batalhão.

O Ministério Público investiga denúncias de extorsão de policiais militares contra motoristas de vans no Guará, Núcleo Bandeirante e Sobradinho. O chefe da Comunicação Social da PM, major Márcio Rodrigues, não foi encontrado para comentar as denúncias, ontem à noite. Ele não retornou as ligações do *Correio*.